



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 04 – Educação brasileira: recortes históricos

O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL

Ivy Daniela Monteiro Matos – UTAD/Portugal*
Joelma de Fátima Mendes Bandeira – UTAD/Portugal**

Resumo: O presente artigo faz parte da pesquisa Trabalho docente: relações de trabalho e de gênero, desenvolvido no IFNMG. A sua elaboração deu-se por meio da pesquisa qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais, objetivando desvelar as questões históricas, econômicas e culturais que fundamentaram o processo de feminização do magistério no Brasil, bem como as possíveis consequências desse momento histórico para a construção da carreira docente.

Palavras-chave: História da educação. Formação de professores. Trabalho docente e gênero.

Introdução

No final da década de 1920 e início dos anos de 1930, de acordo com as pesquisas de Vianna (2002), a presença da mulher no magistério primário no Brasil se intensificou a tal ponto que a maioria da ocupação dos postos de trabalho era essencialmente feminina. O Censo Demográfico de 1920 indicava que 72,5% do professorado do ensino público primário brasileiro compunha-se de mulheres e, no total de docentes, sem distinção de graus de ensino, elas somavam 65%. A presença feminina no magistério estendeu-se aos demais níveis de ensino após a progressiva expansão da oferta de vagas nos cursos de ensino primário em cidades de grande porte, como São Paulo, no final da década de 1930 e meados de 1940.

O processo de feminização não se deu só no Brasil. Apple (1995) observa que na Inglaterra, em 1870, para cada 100 professores havia 99 professoras; em 1930, a cada 100 professores correspondiam 366 professoras, num rápido processo de feminização. Nos Estados Unidos, em 1870 elas eram 60% do professorado e, em 1930, 89,5% (Almeida. 1998, p. 65). Sendo a profissão um referencial decisivo na construção da identidade dos sujeitos, estudar a história da profissão impõe-se para a compreensão dos elementos sociais, culturais e políticos que a

(*) e (**) Professoras da Educação Tecnológica no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) e doutorandas no Programa de Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).



definem na atualidade. Na formação de professores, a história da profissão relaciona-se à escolha profissional e a representação social que ela traz.

Materiais e métodos

Para pesquisar sobre o processo histórico da inserção feminina nos postos de trabalho do magistério primário na primeira metade do século XX no Brasil, a pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa fundamentada em pesquisas bibliográficas e documentais. No percurso metodológico será utilizada a pesquisa bibliográfica em livros e artigos e o levantamento de teses e dissertações, identificando, verificando e confrontando os documentos com uma finalidade específica.

Discussão dos resultados

Segundo Durães (2002), a feminização do magistério na primeira metade do século XX se consolidou porque os homens o abandonaram e começaram a procurar trabalho na indústria têxtil, motivados pelos investimentos em tecnologia nesta área de produção. A autora pontua quatro motivos a respeito dessa situação na docência: primeiramente porque as mudanças curriculares nos cursos de formação transformaram a carreira do magistério em uma atividade extra doméstica, com traços de preparação para o exercício da maternidade, sendo uma atividade transitória, ocasionando perda de prestígio. Em segundo lugar, os baixos salários afugentavam, progressivamente, os homens que procuravam outros setores da economia como a indústria, o comércio e a administração pública. Outro aspecto se refere à tentativa de grupos dominantes utilizarem os docentes para transmitirem sua cultura e manter a ordem. Nesse caso, as mulheres eram socialmente consideradas como mais conservadoras, menos ativas e mais dispostas a aceitar a autoridade e a hierarquia que os homens. Finalmente, a escola pública era um dos poucos setores em que homens e mulheres recebiam o mesmo salário, deixando os homens insatisfeitos.

Em meados do século XX, com a expansão da escola pública, foi levantado um movimento de repúdio, liderado pela Igreja Católica contra a coeducação. Os homens negaram-se a lecionar para as mulheres ou a aceitar que meninos e meninas pudessem dividir os mesmos espaços escolares. Com isso, a necessidade de professoras para reger classes femininas possibilitou a abertura de um espaço profissional para as mulheres no ensino. (Almeida. 1998, p. 65).

O fator cultural foi responsável por levar as mulheres ao magistério, mas principalmente, por mantê-las lá: o apelo à vocação enalteceu as mulheres como portadoras de qualidades indispensáveis ao novo projeto político-social. À mulher era atribuído o papel de educar, dado



o seu exemplo de conduta, embora ela fosse reconhecida como intelectualmente inferior ao homem. Assim, o processo de formação das mulheres para exercerem o magistério, se por um lado configurou-se como uma importante abertura da instrução e do mercado de trabalho, de outro reforçava o estereótipo feminino desejado pela sociedade machista.

Várias instituições voltadas para a preparação do magistério tinham seu público nas moças de classe média. No entanto, não se preocupavam apenas com a formação didática destas mestras, mas principalmente com a forte formação moral, já que se abriam os espaços de socialização da mulher, impondo formas sutis de controle, uma vez que as políticas públicas, a estruturação educacional e os meios de comunicação eram guiados por homens. Galgar melhores colocações dentro da educação tinha a ver, não com as conquistas por mérito e desempenho, mas com indicações que seguiam o crivo político e protecionista, diretamente ligadas e reforçando as relações de classe.

A qualificação para o exercício profissional estava nos cursos normalistas. O acesso já realçava as considerações sexistas da época, transformando o magistério em curso para mulheres, interferindo na construção dos currículos. “Geometria era ministrada aos homens e aritmética às mulheres”. Com relação à docência, essa mesma separação existia, pois “somente homens lecionavam geometria e ainda recebiam salários mais altos. Às mulheres restavam as disciplinas de habilidades manuais e estéticas (Caetano e Neves. 2011, p. 67).

As pesquisas de Vianna (2002) acrescentam que “a presença cotidiana de mulheres não normalistas no magistério primário paulista, aprovadas em exames realizados pelas Câmaras Municipais, foi registrada no decorrer de todo o século XIX” (p. 85). Isso desvalorizava a formação para a profissão, influenciando no processo de desprofissionalização. Com a argumentação de que a docência era a extensão do papel de mãe, atingiu-se o ideal de trabalho filantrópico, ou seja, não seria preciso uma boa remuneração com o discurso de ser uma missão digna para mulheres. Tratava-se, na verdade, de uma justificativa para a geração de uma mão de obra barata que não reivindicasse direitos e que acabou encontrando eco no imaginário popular, bem como sendo socialmente desejável (Caetano e Neves, 2011).

Vianna (2002) lembra ainda que a opção do Estado pela expansão do ensino primário em meados do século XX dá-se mediante o prejuízo das condições do trabalho docente: a oficialização do magistério leigo; a redução da duração do curso primário para dois anos; a simplificação dos currículos dos cursos normais de formação docente; a implantação do regime de funcionamento da escola em três ou quatro turnos; a construção de unidades escolares precárias e sem as mínimas condições para a atividade docente.



Considerações finais

Muitos autores relacionam a inserção da mulher no magistério à desprofissionalização da atividade docente. Almeida (1998) encara a trajetória da mulher no magistério como um rompimento com as condições de opressão vigentes. Para ela, a precarização do trabalho docente não tem relação direta com a feminização do magistério. Localiza-se no mesmo tempo, mas esse “processo, até hoje, não dá mostras de reversibilidade, atrelada que está essa má remuneração aos serviços prestados pelo Estado à população e não ao fato do magistério possuir maioria feminina” (p. 29).

Nessa discussão faz-se necessário questionar a responsabilidade do Estado quanto à configuração dos serviços que presta, tanto em condições de trabalho quanto em remuneração; as situações de mercado, uma vez que a tecnologização das fábricas priorizou a mão de obra masculina, mais qualificada na época; as mudanças no sistema de ensino, empurradas por agências financiadoras mundiais, transformaram a educação em espaço aberto para a aplicação das teorias do campo da Administração; as questões de classe, na medida em que o magistério era um espaço aberto às mulheres de classe média baixa. Ademais, responsabilizar as mulheres é desconsiderar que a desvalorização profissional por que passou e passa a docência assola homens e mulheres que hoje exercem a profissão.

Referências

ALMEIDA, J.S. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

APPLE, M. *Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAETANO, E.; NEVES, C.E.P. O universo feminino da sala de aula: o trabalho marcado pela questão de gênero. *Reflexão & Ação*, Vol.19(1), 2011. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1970/1919>. Acesso em: 23 set.2020.

DURÃES, S.J.A. *Escolarização das diferenças: qualificação do trabalho docente e gênero em Minas Gerais (1860-1906)*. São Paulo: PUC, 2002. Tese doutorado.

DURÃES, S.J.A. Sobre algumas relações entre qualificação, trabalho docente e gênero. *Educ. Soc.* vol.33, no.118 Campinas Jan./Mar.2012 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302012000100017&script=sci_arttext. Acesso em: 23 set.2020.

FISHER, B.D. A professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970). in BASTOS e STEPHANOU (orgs.) *História e Memórias da Educação no Brasil*, vol I. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

HIRATA, H. e KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão in COSTA, Albertina de Oliveira, (et alii) (org.). *Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.



HIRATA, H. e MARUANI, M. *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HYPOLITO, A.M. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

MARUANI, M. Vida Profissional: a paridade sem igualdade. in: Ockrent, Christine; Treiner, Sandrine. *O livro negro da condição das mulheres*. Rio de Janeiro: Difel, 2011.

MATOS, M.I.; BORELI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. in: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro Joana (org). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012

OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educ. soc.* Vol.25 no. 89 Campinas Sept./Dec.2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000400003. Acesso em: 23 set.2020.

PENA, M.V.J. *Mulheres e trabalhadoras – presença feminina na construção do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

ROSEMBERG, F. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revistas Estudos Feministas*, Santa Catarina. Ano 9, 2º semestre, 2001.

SAFFIOTI, H. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher*. São Paulo. Hucitec, 1981.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, E.M.; PINHEIRO, J.ER. *As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização*. Editora Edufes. 2002.

VIANNA, C.P. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a03>. Acesso em: 23 set.2020.

Sua participação e apresentações de trabalhos abrilhantaram o ii colóquios de políticas e gestão da educação

ESPERAMOS VOCÊS NO III COLÓQUIOS DE 24 A 27 DE MAIO DE 2022.

2022

III COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO ONLINE

Planejamento educacional em debate: políticas públicas e desafios



24 a 27 de maio de 2022

Presenças confirmadas:

- Profa. Dra. Euzângela Alves da Silva Scaff - UFRR
- Maria Alice de Miranda Aranda - UFGD;
- Profa. Dra. Selma de Carvalho Fonseca - UNASP
- Palestrantes internacionais a confirmar



MINHA AGENDA:

2022 VOU PARTICIPAR DOS COLÓQUIOS UFSCAR SOROCABA ONLINE

Informações: geplageufscar@gmail.com

Comissão Organizadora III Colóquios

<https://doity.com.br/iii-coloquios-de-politicas-e-gestao-da-educacao>